



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

Processo nº: 34.494/17-e

Jurisdicionada: Polícia Civil do Distrito Federal

Assunto: Licitação

Órgão Técnico: Secretaria de Acompanhamento

Valor Estimado: R\$ 19.729.291,06, vigência de 12 (doze) meses

Data de Abertura: suspensa

Ementa: Análise do edital do Pregão Eletrônico nº 64/17, elaborado pela Polícia Civil do Distrito Federal, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados e sob demanda de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências da jurisdicionada. Decisão nº 5276/2017: conhecimento do edital e a suspensão cautelar do certame, para correção das falhas ou apresentação de justificativas. Representação de empresa acerca de possíveis irregularidades no edital. **NESTA FASE:** Análise de admissibilidade. Unidade técnica pelo não conhecimento.

VOTO de acordo com a Instrução.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da análise do edital do Pregão Eletrônico nº 64/17, elaborado pela Polícia Civil do Distrito Federal, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados e sob demanda de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências da jurisdicionada, conforme especificações constantes do Edital e de seus anexos (e-doc A641CE3B-e, fl. 02).

Na última assentada, a Corte proferiu a Decisão nº 5.276/2017 (e-Doc B7E71828-e), de seguinte teor:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Edital de Pregão Eletrônico nº 64/2017, lançado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF (e-doc A641CE3B-e); b) da cópia do Processo nº 052.000.858/15 encaminhada pela Jurisdicionada (e-doc A540AA64-e, fl. 384); II – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que: a) **suspenda** "ad cautelam", com fulcro no art. 277 do RI/TCDF, c/c o art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o Pregão Eletrônico nº 64/17, até ulterior determinação desta Corte; b) adote as medidas corretivas, encaminhando cópia da documentação comprobatória ao Tribunal, ou apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, as justificativas pertinentes para as seguintes impropriedades: 1) ausência de adoção de cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, conforme disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/06 c/c o art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/11 e no art. 8º do Decreto Distrital nº 35.592/14, em harmonia com o reiterado entendimento manifestado por esta Corte de Contas, como nas Decisões nºs 826/17, 1.751/17, 2.105/17, 2.366/17 e 3.363/17; 2) o percentual de encargos sociais e trabalhistas considerados nos cálculos levados a termo no Edital, da ordem de 73,391%, está em desacordo com o percentual indicado pelo Tribunal na Decisão nº 5.277/16, no montante de 72,91%; 3) exigência de qualificação técnica para o Grupo 4 de comprovação de disponibilização anterior de 20 profissionais, correspondente a 74% do total de profissionais do Grupo, incompatível com o princípio da razoabilidade e reduzindo injustificadamente a competitividade do Grupo; III – autorizar: a) o envio à jurisdicionada e, diretamente, ao pregoeiro responsável pela condução do certame de cópia da Informação nº 174/17-DIACOMP4, do relatório/voto do Relator e desta decisão, com vistas a subsidiar o cumprimento das determinações constantes do inciso II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.

Nesta fase, examina-se a admissibilidade da Representação apresentada pela empresa DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS E OBRAS LTDA., CNPJ 00.332.833/0001-50 (e-Doc F66F4817-c), apontando possíveis irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 64/2017.

O teor da representação foi sintetizado pela SEACOMP, nos termos a seguir transcritos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

2. *A Representante insurge-se contra possíveis irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico nº 64/2017, lançado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF para os quais iremos tratar a seguir:*

I) Alega que o critério de julgamento das propostas previsto no edital, pelo menor preço global por lote, estaria em desacordo com o item 2¹ do Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017 – MPOG, que revogou a IN nº 02/2008 – MPOG. Assim, alega que o critério de julgamento das propostas deveria levar em consideração a área a ser limpa, e não em relação ao efetivo (número de postos de serviços) a ser contratado.

II) Alega que existe irregularidade quanto à exigência do quantitativo mínimo para a comprovação da qualificação técnico-operacional das licitantes para o Lote 4, que estabeleceu um percentual de 74% em relação à quantidade total de postos de serviços previstos.

Além disso, acrescenta que, conforme disposto no item 10.6, alínea “c.2”² do Anexo VII-A – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, da IN nº 05/2017 – MPOG, a exigência de comprovação do quantitativo mínimo deveria ser de 100% do total previsto e não apenas 74%.

III) Alega que, a determinação exarada pelo Tribunal, ao proceder a análise inicial do presente edital, disposta no item II.2 da Decisão nº 5.276/2017, para que fosse adotado percentual para encargos sociais de 72,91%, estaria em desacordo ao não considerar os encargos sociais fixado na Convenção Coletiva de Trabalho vigente na ordem de 78,38%, entendendo que a posição do Tribunal merece ser revista.

3. *A Representante informa que, tendo em vista o certame encontrar-se suspenso por força da Decisão nº 5.276/2017, deixará de requerer medida cautelar.*

4. *Nesse sentido, requer a Representante:*

¹ 2. Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

² 10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, **a Administração Pública poderá exigir do licitante:**

[...]

c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

c.2. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação. [GN]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

“Ante todo exposto, requer seja a presente representação julgada procedente para determinar que a Polícia Civil do Distrito Federal retifique o critério de julgamento imposto no Pregão nº 64/2017 – CPL/DAG/PCDF, com vistas a atender a IN 02/2008 e IN 05/2017 do MPOG, além de corrigir a determinação acerca dos encargos sociais com vistas a adaptá-lo à CCT vigente.

Caso não seja alterado o critério de medição, o que admite-se apenas para argumentar, requer seja adotada a IN 05/2017 para a atestação do Grupo 4.”

A unidade instrutiva, por intermédio da Informação nº 9/2018 (e-Doc D7E9A800-e), assevera que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade insculpidos no art. 230, §2º, do RITCDF. Dessa forma, sugere que a Corte não conheça da representação.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

VOTO

Tratam os autos da análise do edital do Pregão Eletrônico nº 64/17, elaborado pela Polícia Civil do Distrito Federal, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados e sob demanda de limpeza, conservação e higienização.

Nesta fase, examina-se a admissibilidade da representação apresentada pela empresa DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS E OBRAS LTDA., acerca de possíveis irregularidades no edital do certame.

Importa ressaltar que o edital do Pregão nº 64/2017 – PCDF já foi objeto de análise dessa Corte. Por meio da Decisão nº 5.276/2017, acolhendo voto do ilustre Conselheiro Paiva Martins, o Tribunal conheceu do edital e determinou a suspensão cautelar do certame para correção das falhas ou apresentação de justificativas.

Fui designado para examinar a admissibilidade da representação em razão do afastamento legal do Relator original do feito.

Passo ao exame das alegações constantes da representação.

- a empresa alega o critério de julgamento das propostas previsto no edital, pelo menor preço global por lote, estaria em desacordo com o item 2 do Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017 – MPOG.

O referido normativo estabelece:

2. Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

2.1. Os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

A regra estabelecida não diz respeito ao julgamento das propostas, mas à forma como os serviços devem ser contratados.

Ressalto que, conforme consignado pela SEACOMP, verificou-se no processo administrativo do certame que a PCDF levou em consideração as áreas de cada unidade em que serão realizadas as atividades para definir os quantitativos de postos de serviços a serem contratados.

- Existência de irregularidade quanto à exigência do quantitativo mínimo para a comprovação da qualificação técnico-operacional das licitantes para o Lote 4, que estabeleceu um percentual de 74% em relação à quantidade total de postos de serviços previstos.

Quanto ao tema, o item 10.6, alínea “c.2” do Anexo VII-A – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, da IN nº 05/2017 – MPOG, estabelece:

10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração Pública poderá exigir do licitante:

[...]

c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

c.2. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação. [GN]

Da leitura do normativo, concluo que o MPOG estabeleceu uma



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

possibilidade de exigência para o gestor público. Não se trata, portanto, de uma obrigação a ser atendida pelos gestores responsáveis pelas contratações.

Além disso, devo destacar que a Corte já fixou entendimento de que o quantitativo máximo a ser exigido para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional deve se limitar a 50% do quantitativo total previsto no edital, conforme as Decisões nºs 6610/2010³ e 184/2013⁴.

³ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 1785/2010-GAB/PRES (fls. 329/331); II - considerar improcedentes as justificativas referentes ao item I da Decisão nº 3.989/2010; III - determinar à NOVACAP que, no prazo de 30 (trinta) dias, reveja os quantitativos mínimos exigidos no edital da Concorrência nº 075/2009-ASCAL/PRES e nos demais certames que vier a promover **de forma que representem no máximo 50% do total de cada item mais relevante da obra**, salvo em casos excepcionais, quando houver justificativa tecnicamente fundamentada, em observância ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, c/c os arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; IV - manter suspensa a Concorrência nº 075/2009-ASCAL/PRES, na fase em que se encontra, até posterior deliberação desta Corte, haja vista que as diligências estabelecidas por intermédio da Decisão Liminar nº 012/2010 - P/AT, itens "II.b" e "II.c", permanecem pendentes de cumprimento até a presente data; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para as providências pertinentes e acompanhamento das diligências citadas nos itens precedentes.

⁴ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação nº 382/12 (fls. 230/242), da Nota Técnica nº 21/12-NFO (fls. 84/129), do Ofício nº 272/2012-PRE/METRÔ-DF e dos documentos anexos; **II – determinar à Companhia Metropolitana do Distrito Federal-METRÔ-DF, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, que: a) mantenha a Concorrência nº 01/2012 - METRÔ-DF suspensa até ulterior decisão desta Corte; b) proceda às devidas adequações no edital e projeto básico da Concorrência nº 01/2012**, conforme especificadas na Nota Técnica nº 21/12, do Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia desta Casa, ou apresente suas contrarrazões, em especial **quanto aos seguintes achados:** i. Do Objeto e Projeto Básico: i.1. Parcelamento insuficiente do objeto, com a inclusão nessa contratação de serviços independentes da manutenção metroviária; i.2. Indicadores de desempenho insuficientes para aferir o funcionamento adequado, a disponibilidade e a confiabilidade de todos os sistemas abrangidos no escopo de manutenção; i.3. Delegação indevida do cálculo dos indicadores de desempenho à contratada que controlará a aferição da qualidade de seus serviços prestados ao METRÔ-DF; i.4. Ausência dos ART's referentes aos responsáveis pelos: projeto básico, planilha estimativa de preços, especificação das composições dos serviços, relação dos custos unitários dos insumos; cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas; i.5. Omissão quanto aos projetos básicos para os serviços “Modernização de Sistemas Obsoletos”; i.6. Silêncio sobre a necessária retirada da parcela correspondente aos serviços de “Modernização de Sistemas Obsoletos” dos pagamentos fixos mensais após a sua conclusão; ii. Do orçamento estimativo; ii.1. Falta de detalhamento do orçamento estimativo que informe as composições de todos os seus custos unitários expondo o consumo de mão-de-obra, materiais e equipamentos para cada serviço, seus quantitativos e produtividade; ii.2. Deficiências nas poucas composições apresentadas quanto às fontes de referências, produtividades, adicional noturno e demais encargos sociais, com indícios de sobrepreço; ii.3. Ausência do detalhamento e qualificação da mão de obra necessária à prestação dos serviços de cada sistema e do grupo “Gerenciamento”; ii.4. Omissão sobre o valor correspondente de BDI admitido nessa contratação; ii.5. Inclusão indevida de custos indiretos entre os custos diretos como administração central, diretoria, corporativo, financeiros, auditores, qualidade, taxa de risco e custo financeiro; ii.6. Parcelas de custos indiretos muito superiores às faixas aceitas no Acórdão nº 2.369/2011-TCU-Plenário para obras e serviços de engenharia relativos a ferrovias; ii.7. Planilha estimativa considerando lucro e impostos em duplicidade; ii.8. Alíquotas de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

Considerando que já houve determinação da Corte acerca do tema, a Corte não deve conhecer da insurgência relacionada à qualificação técnico-operacional das licitantes.

- Alega que, a determinação exarada pelo Tribunal, ao proceder a análise inicial do presente edital, disposta no item II.2 da Decisão nº 5.276/2017, para que fosse adotado percentual para encargos sociais de 72,91%, estaria em desacordo ao não considerar os encargos sociais fixado na Convenção Coletiva de Trabalho vigente na ordem de 78,38%, entendendo que a

impostos superestimadas; ii.9. Sobrepreço de 40% sob o valor estimado para o certame devido a falhas na avaliação dos custos indiretos; ii.10. Necessidade de revisão da estimativa de preços da parcela fixa dos serviços de manutenção, saneando as impropriedades verificadas e incluindo as composições de custos dos serviços para todos os sistemas acompanhadas dos coeficientes de produtividade, custos e quantitativos para mão de obra, materiais e equipamentos, dos encargos sociais, adicionais noturnos e BDI, tudo isso propriamente fundamentado com as fontes de referência de preços, os estudos técnicos arrazoados e a legislação pertinente; ii.11. Ausência do detalhamento das composições para os serviços e fornecimentos tidos “Eventuais”, da justificativa os valores adotados e da motivação para majoração de 30% empregada para a obtenção dos preços finais; ii.12. Adoção indevida de estimativas de preços e de quantitativos por verba para os grupos “Sobressalente de Giro e Vandalizáveis”; ii.13. Falta da adoção do BDI reduzido descrito na Súmula nº 253-TCU para o fornecimento de materiais e equipamentos previstos nos grupos Sobressalentes de Giro, Vandalizáveis e Modernização de Sistemas Obsoletos; iii. Das condicionantes de Habilitação Técnica; iii.1. Restrição à competitividade com a exigência exclusiva de atestados de capacidade técnica operacional e técnico profissional para os serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas metroferroviários de passageiros, em detrimento da experiência em projeto, fabricação, construção e implantação desses sistemas; **iii.2. Exigência excessiva de atestados de capacidade técnica com quantitativos mínimos superiores a 50% da contratação;** iii.3. Demanda inadequada pela comprovação de que os responsáveis técnicos façam parte do quadro permanente na fase de habilitação e de pontuação de proposta, quando o admitido seria no momento da contratação; iii.4. Habilitação por capacidade técnica profissional excessivamente restrita a técnicos que tenham executado manutenção preventiva e corretiva aferidas por índices de desempenho; iii.5. Limitação temporal inadequada para o somatório dos atestados de capacidade técnica; iv. Do julgamento das propostas; iv.1. Subjetividade excessiva nos critérios de classificação da proposta técnica quanto à visão de manutenção; iv.2. Quesito indevido de eliminação por pontuação mínima para cargos; iv.3. Aceitabilidade injustificada de preços máximos superiores em até 20% do orçamento estimativo e de seus valores unitários; v. Das Considerações Finais; v.1. Redação ambígua atinente à fiscalização do contrato, devendo ser reformulada no sentido de que o acompanhamento da execução do contrato seja realizado diretamente pelo METRÔ-DF com a definição das competências de cada setor da empresa, admitindo a participação de terceiros apenas como auxiliares; c) encaminhe a esta Corte documentação comprobatória do cumprimento das alíneas anteriores; III – esclarecer ao METRÔ-DF que os diários operacionais devem ser preenchidos com o número de usuários transportados a cada dia para comprovar os benefícios do funcionamento desse sistema de transporte e permitir a avaliação dos impactos das ocorrências registradas; IV – autorizar: a) o envio ao METRÔ-DF de cópia da Informação n.º 382/12 (fls. 230/242), da Nota Técnica n.º 21/12-NFO (fls. 84/129), do relatório/voto do Relator e desta decisão; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências cabíveis.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

posição do Tribunal merece ser revista.

O percentual determinado pelo Tribunal foi discutido no âmbito do Processo 12593/2016.

Quanto ao tema, a SEACOMP, por meio da Informação nº 274/2017 – DIACOMP4 (e-doc D70079A3-e), apresentou a seguinte análise:

25. Observamos, ainda, falha no cálculo dos encargos sociais e trabalhistas constantes no Termo de Referência do Edital. No Anexo IV do Termo de Referência, denominado “Composição de Custos da Mão de Obra, Materiais de Consumo de Limpeza sob demanda, manutenção e depreciação de equipamentos, serviços de limpeza sob demanda e estimativa de valores mensais a serem destinados à conta vinculada planilha”, fls. 437 a 477 da documentação encaminhada é possível verificar que no módulo 4 de cada uma das planilhas para cálculo do valor do posto de trabalho, denominada “Encargos Sociais e Trabalhistas”, foi utilizado o percentual de 73,391%, subdividido conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Percentual
submódulo 4.1	encargos previdenciários e FGTS	36,80%
submódulo 4.2	13º salário e Adicional de Férias	15,20%
submódulo 4.3	Afastamento maternidade	0,101%
Submódulo 4.4	Provisão para rescisão	7,126%
Submódulo 4.5	Custo de reposição do profissional ausente	14,164%
TOTAL		73,391%

26. Tal percentual de encargos sociais e trabalhistas é superior ao atualmente admitido pelo Tribunal em processos dessa natureza que é de 72,91%, conforme Decisão nº 5277/2016, que ratificou o contido em Voto proferido pelo Conselheiro Márcio Michel no bojo do processo nº 12.593/2016⁵ (e-Doc 92F2B17-e), que abordou a questão suscitada na ocasião. Frise-se que tal percentual de encargos sociais foi calculado com

⁵ Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 17/2015, levado a efeito pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância ostensiva armada e desarmada, diurna e noturna, fixa e motorizada, para atender o Distrito Federal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

base em acréscimos praticados nos valores antes definidos na Decisão nº 544/210, por meio da qual o Tribunal se manifestou acerca da questão. Transcrevemos, a seguir, excerto do Voto em questão no qual a questão foi abordada.

“ II. DOS ENGARGOS SOCIAIS

Verifico que o projeto básico da contratação emergencial estabelece um percentual de encargos sociais na ordem de 70,64%, o que se encontra em consonância com os termos da Decisão nº 544/2010.

A aludida decisão, que fixou como valor máximo de encargos sociais esse patamar, continua sendo a balizadora do assunto ora abordado. Contudo, em virtude da atualização constante da questão, entendo necessário a realização de ajustes para refletir os reais custos incorridos com tal rubrica.

Nesse sentido, faz-se necessário acrescer ao percentual de 70,64% estabelecido na Decisão nº 544/2010, o percentual de 0,24% referente à inclusão da incidência da licença-maternidade.

Outrossim, a incidência do submódulo 4.1 – Encargos Previdenciários e FGTS sobre o submódulo 4.5 - custo de reposição do profissional ausente não reflete todos os encargos dessa reposição.

O vigilante utilizado na substituição das férias e ausências legais também faz jus a 13º salário, 1/3 de férias, licença maternidade, provisões para rescisão, mesmo nos contratos de até 180 dias de duração.

*Portanto, devem-se estipular provisões para os encargos trabalhistas dos submódulos 4.2, 4.3 e 4.4, incidindo sobre os custos de vigilante de reposição, pois esses profissionais fazem jus aos direitos acumulados e às verbas rescisórias, cujo percentual é de 2,03%. **Tais ocorrências implicam um acréscimo de 2,27%, elevando os encargos sociais para o patamar de 72,91%.”** (grifamos)*

Em que pese a diferença entre o percentual de encargos sociais admitido pelo Tribunal (72,91%) e o adotado no Edital em análise (73,391%) seja de apenas 0,481%, consideramos pertinente que a falha seja sanada visto que o item “Mão de Obra – Serviços Contínuos”, sobre o qual incidem os encargos sociais em referência, é o mais significativo da aquisição, o que deve trazer reflexo significativo no valor estimado da licitação.

Verifica-se que, neste ponto específico da representação, a empresa Dinâmica demonstra inconformismo quanto à determinação desta Corte de Contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

Considero que a representação não é a via correta para reformar determinação deste Tribunal.

Entendo que a insurgência da representante em relação ao percentual para encargos sociais de 72,91%, estabelecido pela Corte deve ser alvo de recurso, a ser interposto em processo específico, *in casu*, o Processo nº 12593/2016.

Compulsando os autos, não encontro motivos para dissentir das conclusões apresentadas pela 4ª DIACOMP. Nesse sentido, peço vênias para transcrever excerto da Informação nº 9/2018, a qual adoto como razão de decidir. Vejamos:

6. *No que se refere à verificação da admissibilidade dos fatos apontados na Representação ao inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF, analisamos a seguir os motivos pelos quais entendemos não restar configurado indícios concernentes de irregularidade ou ilegalidade indicada na peça.*

7. *Para a alegação de que o critério de julgamento das propostas previsto no edital, pelo menor preço global por lote, estaria em desacordo com o Item 2 do Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017 – MPOG, que revogou a IN nº 02/2008 – MPOG, constatamos que a regra disposta no referido normativo se refere à forma como os serviços devem ser contratados, levando em consideração a área a ser limpa, e não na forma em que deverá ser realizado o julgamento das propostas de preços durante a realização da licitação. Além disso, verificamos nos autos do Processo Administrativo (fls. 61/62, e-doc A540AA64-e) que, para a definição dos quantitativos de postos de serviços, foi levado em consideração as áreas de cada unidade em que serão realizadas as atividades.*

8. *Por outro lado, os itens 8.2⁶ e 8.3 do Anexo VII-A – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, da IN nº 05/2017 – MPOG, que tratam do processo de julgamento das propostas em licitações do tipo “menor preço”, em momento algum estabelece que o critério de julgamento deve levar em consideração o preço em*

⁶ 8. Do julgamento das propostas:

8.1. No julgamento das propostas, o ato convocatório deverá prever que na contratação de serviços deverão ser adotados, preferencialmente, os tipos de licitação “menor preço” ou “técnica e preço”, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação;

8.2. A licitação do tipo “menor preço” para a contratação de serviços considerados comuns deverá ser realizada na modalidade pregão, conforme dispõe o Decreto nº 5.450, de 2005, preferencialmente, na forma eletrônica;

8.3. O julgamento do tipo de licitação previsto no subitem 8.2 acima deve observar os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no ato convocatório;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

função da área, mas tão somente que sejam observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no ato convocatório.

9. *Assim, no edital publicado, constatamos que no item 6.8⁷ (fl. 09, e-doc A641CE3B-e) o critério de julgamento das propostas estabelecido foi o de menor preço global por lote. Neste sentido, não vislumbramos a existência da alegada irregularidade indicada na Representação.*

10. *Com relação à insurgência quanto ao quantitativo mínimo exigido no Edital para comprovação da qualificação técnico-operacional da licitante para o Lote 4, inicialmente informamos que a questão já foi objeto de determinação desta Corte de Contas durante a análise inicial do Edital, conforme disposto no item II.b.3 da Decisão nº 5.276/2017⁸. Portanto, como o Tribunal já determinou diligência sobre o mesmo fato, iremos deixar de propor novos esclarecimentos ao Jurisdicionado.*

11. *Sobre a alegação de que, de acordo com item 10.6, alínea “c.2” do Anexo VII-A – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, da IN nº 05/2017 – MPOG, a exigência de comprovação do quantitativo mínimo deveria ser de 100% e não de 74% disposto no edital, temos que o referido comando normativo estabelece uma possibilidade, e não uma obrigatoriedade, à Administração em optar por exigir que se comprove o referido quantitativo, haja vista o caput do item 10.6 dispor que “a Administração Pública poderá exigir do licitante”. Além disso, o próprio Tribunal tem entendimento recorrente de que o quantitativo máximo a ser exigido para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional deve se limitar a 50% do quantitativo total previsto no edital, conforme as Decisões nºs 6610/2010 e 184/2013. Assim, deixaremos de conhecer tal insurgência.*

12. *Por fim, para a alegação de que o Tribunal, ao proceder a análise inicial do presente edital, teria determinado na Decisão nº 5.276/2017 a adoção de correção do percentual dos encargos sociais em desacordo com a Convenção Coletiva de Trabalho vigente, inicialmente, conforme*

⁷ 6.8. No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor preço global por lote (grupo)**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.

⁸ II – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que: a) **suspenda** "ad cautelam", com fulcro no art. 277 do RI/TCDF, c/c o art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o Pregão Eletrônico nº 64/17, até ulterior determinação desta Corte; b) adote as medidas corretivas, encaminhando cópia da documentação comprobatória ao Tribunal, ou apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, as justificativas pertinentes para as seguintes impropriedades: 1) ausência de adoção de cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, conforme disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/06 c/c o art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/11 e no art. 8º do Decreto Distrital nº 35.592/14, em harmonia com o reiterado entendimento manifestado por esta Corte de Contas, como nas Decisões nºs 826/17, 1.751/17, 2.105/17, 2.366/17 e 3.363/17; 2) o percentual de encargos sociais e trabalhistas considerados nos cálculos levados a termo no Edital, da ordem de 73,391%, está em desacordo com o percentual indicado pelo Tribunal na Decisão nº 5.277/16, no montante de 72,91%; **3) exigência de qualificação técnica para o Grupo 4 de comprovação de disponibilização anterior de 20 profissionais, correspondente a 74% do total de profissionais do Grupo, incompatível com o princípio da razoabilidade e reduzindo injustificadamente a competitividade do Grupo**; [GN]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Proc.: 34.494/17-e

já abordado na Informação nº 274/2017 – DIACOMP4 (e-doc D70079A3-e), informamos que o percentual determinado pelo Tribunal foi exaustivamente discutido no âmbito do Processo 12593/2016.

13. Ademais, em complemento ao questionamento acerca da Decisão proferida pelo Tribunal, consideramos relevante esclarecer que a peça apresentada, no caso Representação, não é o instrumento hábil para se insurgir contra decisão relacionada à fiscalização de atos, conforme art. 286⁹ do RI/TCDF. Assim, iremos propor pelo seu não conhecimento.

Conforme demonstrado, a representação em tela não preenche os requisitos de admissibilidade indicados no art. 230, § 2º, inciso III do RI/TCDF. Dessa forma, não deve ser conhecida.

Diante do exposto, em harmonia com a Instrução, VOTO no sentido de que o Tribunal:

- I. deixe de conhecer a Representação apresentada pela empresa DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO SERVIÇOS E OBRAS LTDA., CNPJ 00.332.833/0001-50 (e-doc F66F4817-c), apontando possíveis irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 64/2017;
- II. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 2018.

PAULO TADEU
Conselheiro – Relator

⁹ Art. 286. De decisão de mérito em processo concernente a ato sujeito a registro e à fiscalização de atos e contratos, cabe pedido de reexame, com efeito suspensivo, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, devolvendo ao Tribunal apenas o conhecimento da matéria impugnada.